

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2023

Os monárquicos e a guerra

MANUEL BRAGA DA CRUZ

A entrada de Portugal na I Grande Guerra não era uma ideia popular. A maioria da população era avessa a qualquer participação militar portuguesa no conflito europeu. A opinião pública não era favorável à beligerância portuguesa, nem via nenhum interesse estratégico a defender nos campos de batalha da Europa.

Apenas alguns republicanos, melhor dito, a minoria democrática, via na intervenção portuguesa na guerra uma oportunidade para consolidar internacionalmente o regime republicano e para garantir a hegemonia do partido na cena política interna.

A defesa das colónias africanas era mais comumente entendida como necessária, mas sem que tal tivesse de implicar uma intervenção armada no teatro de guerra europeu, até mesmo no teatro africano. Bastava sustentar ataques fronteiriços, sem qualquer declaração de guerra.¹

Os monárquicos, mais próximos das populações espalhadas pelo país, eram maioritariamente contrários à intervenção na guerra. Os republicanos sabiam-no, e por isso temiam levantamentos monárquicos se alguma decisão intervencionista fosse tomada.² E por isso a imprensa monárquica foi vítima de perseguição e censura logo nos primeiros dias da guerra, no verão de 1914³.

Para além disso, os monárquicos estavam divididos quanto às simpatias pelas partes em conflito na Europa. De um lado, o Rei D. Manuel II, exilado em Londres, muito próximo da coroa inglesa, identificava-se com a causa

¹ Esta desigual atitude perante a defesa das colónias e o alinhamento com os aliados esteve, aliás, bem patente na forma como os embarques de tropas para um e outro destino decorreram, sendo muito maior o número dos que se despediram dos primeiros do que dos segundos.

² Confessou-o Teixeira Gomes a partir da embaixada em Londres: temia uma reacção monárquica se se enviasse armamento e forças militares para o estrangeiro. (*Livro Branco Portugal no conflito europeu, 1.ª Parte: Negociações até a declaração da guerra. Documentos apresentados ao Congresso da República pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, p. 87).

³ Cabral, A., *As minhas memórias políticas. Em Plena República*, Lisboa, 1932, p. 229.

aliada desde o começo da guerra⁴, e procurava atrair os monárquicos para ela; do outro lado, D. Miguel, exilado na Áustria, e muito próximo dos Habsburgo e dos Hohenzollern, por acolhimento e por ligações familiares.⁵

A maioria dos monárquicos, como a maioria dos conservadores portugueses, era além disso admiradora da Alemanha e do espírito alemão, da sua disciplina e ordem, da sua capacidade empreendedora, dos seus produtos mecânicos. A simpatia política era maior entre eles para o constitucionalismo alemão, do que para a democracia inglesa. Para além disso, a memória do Ultimato britânico de 1890 estava ainda fresca na população, mau grado a renovação do tratado aliança anglo-britânico em 1899, mediante o qual a Inglaterra se comprometia a respeitar o património colonial português.

Convencidos como estavam que a participação na guerra não tinha outro objectivo que não fosse a consolidação do regime a nível internacional, os monárquicos opuseram-se a ela. Não acreditavam que o Ultramar estivesse em perigo e exigisse tal sacrifício, que a aliança inglesa o exigisse, nem que nos acordos de paz finais viéssemos a ganhar grande coisa, como se verificou.

Além do mais, o risco para as colónias portuguesas tanto vinha da cobiça alemã, como da cobiça inglesa, esta última ainda bem patenteada no caso do Mapa Cor de Rosa. Além disso, o acordo anglo-germânico para a partilha do Ultramar português de 30 de Agosto de 1898, fora renovado a 8 de Agosto de 1913, mas sustido pela reactivação da aliança anglo-portuguesa, nesse ano.⁶

A partilha das colónias portuguesas havia sido objecto de acordos entre a Inglaterra e a Alemanha. Primeiro, no tratado anglo-alemão de 1898 (Moçambique seria dividido entre norte – alemão – e sul – inglês – e a Alemanha ficaria ainda com parte de Angola), estabelecido para impedir que a Inglaterra se apropriasse sozinho do império colonial português, como forma de pagamento do empréstimo inglês ao governo português. A crise

⁴ Logo em 10 de Agosto de 1914, nos primeiros dias da guerra, já D. Manuel II felicitava Churchill pelo sucesso da marinha britânica (Fernando Amaro Monteiro, *D. Manuel II e D. Amélia, Cartas Inéditas do Exílio*, Lisboa, Estampa, 2012, p. 193).

⁵ Dois dos seus filhos mais velhos foram alistados, um no exército alemão (D. Miguel), outro no Exército austríaco (D. Francisco José, que morreria em Ischia, prisioneiro dos aliados). Por esse facto tiveram de renunciar aos seus direitos ao trono, dando a D. Duarte Nuno a primazia.

⁶ Cr. Memórias do último embaixador alemão em Portugal Friedrich Rosen, *Declarei a guerra que não queria. Memórias de Portugal do Embaixador Alemão*, Lisboa, Aletheia, 2021.

financeira e a bancarrota de 1892 ditaram a necessidade do empréstimo externo, que seria garantido pelos rendimentos alfandegários das colónias. A Inglaterra e a Alemanha partilhariam as alfândegas e, no caso de não pagamento da dívida, se tornariam em zonas de influências dessas duas potências.

Após a implantação da República, e perante a instabilidade da autoridade em Lisboa, Londres e Berlim voltaram a discutir a partilha da África portuguesa, intrometendo-se também a França nessas pretensões. O acordo foi assinado a 8 de Agosto de 1913. As colónias serviam aos ingleses como compensação colonial para os projectos imperialistas dos alemães. Angola e S. Tomé e Príncipe, bem como o norte de Moçambique, passariam para mãos alemãs, o resto para a Inglaterra⁷.

Por outro lado, a aliança inglesa era vista como âncora para salvar o país do perigo espanhol. Afonso XIII queria derrubar a República e intervir, alegando não poder permitir um foco de tamanha instabilidade social e política. Para tanto, precisava da aquiescência inglesa. A Inglaterra, contudo, dera garantias de preservação da integridade territorial portuguesa sem prometer defesa terrestre das fronteiras. Além disso, os interesses de Espanha, não eram compatíveis com os de Inglaterra, que impedia não só a recuperação de Gibraltar, mas também a anexação ou a simples intervenção em Portugal. Por outro lado, o perigo espanhol vinha, ao mesmo tempo, do apoio às ameaças restauracionistas vindas de Espanha, de que as incursões de Couceiro haviam sido exemplo. Era, como dizia Luis de Magalhães, “uma questão de regime”⁸. Uma participação portuguesa na guerra pela Entente, contrariava os interesses da neutralidade espanhola.

Para a grande maioria dos monárquicos, defender a intervenção era defender o regime republicano, e combater a república implicava combater a ideia de participação na guerra. O triunfo que mais ajudaria a restaurar a monarquia seria o dos Impérios centrais, já que a Inglaterra nada fizera para impedir a consagração da República⁹.

⁷ Cf. Friedrich Rosen, *Declarei a guerra que não queria. Memórias de Portugal do Embaixador alemão*, Lisboa, Aletheia, 2018; e também Gomes da Costa, *A Batalha do Lys*, Porto, Renascença Portuguesa, 1920, p. 12.

⁸ Magalhães, L., *Portugal e a Guerra*, Coimbra, França & Arménio, 1915, p. 34.

⁹ Marquês de Lavradio, *Memórias do Sexto...*, Lisboa, Ática, 1947, p. 249.

“A grande maioria dos monárquicos portugueses, nessa guerra, — disse-o o Marquês de Lavradio — eram germanófilos, já porque acreditavam que a vitória do *Kaiser* traria a Portugal a restauração da monarquia, já porque estavam convencidos de que a Inglaterra ajudara a implantação da república e a favorecia”.

Outro sector monárquico, mais próximo de D. Manuel II, entendia, pelo contrário, que só a aliança inglesa preservaria Portugal do risco espanhol, no continente, e do risco alemão, nas colónias. “O perigo espanhol — dizia por exemplo o Conde de Mangualde — só desaparecerá com a derrota alemã, pois quem se opõe à invasão é a Inglaterra. (...) Só depois da derrota alemã, ou sua proximidade, é que se pode pensar em política [monárquica]”¹⁰.

A República — ou melhor o partido democrático de Afonso Costa — tudo fez para envolver Portugal na Guerra. O governo queria o reconhecimento internacional da República, e a isso sacrificou o povo português. A intenção era subordinar o país à hegemonia dos democratas. Daí, a enorme subserviência ao governo de Londres, cedendo à opinião pública republicana, e sacrificando o interesse nacional.

João Chagas, a partir de Paris, insistia na declaração de guerra, alegando que a nossa indecisão provocava grande animosidade. E sublinhava a “superioridade moral” da nossa intervenção, comparada com a covardia da neutralidade espanhola numa guerra europeia das democracias contra os impérios.

Os ingleses, por seu lado, não queriam a nossa participação, porque conheciam a nossa impreparação e sabiam que teriam de vir em nosso auxílio. A Inglaterra não exigia de nós a entrada em guerra, apenas pretendia que combatêssemos em África os alemães. E a Alemanha não desejava um conflito connosco, fazendo vista grossa a actos que praticássemos em benefício da Inglaterra.¹¹

Os monárquicos, conhecedores destas posições, resistiram à intervenção e, aproveitando a amnistia, regressaram ao combate político, tentando dotar-se de uma organização. Como escrevia Paiva Couceiro, em finais de 1914,

¹⁰ Carta a Sua Mulher, *Memórias da Condessa de Mangualde. Incursões Monárquicas 1910–1920*, Lisboa, Quetzal, 2002, p. 111.

¹¹ Era essa a opinião de Brito Camacho (Cf. António Cabral, *Em plena República*, p. 230).

“a expedição a França que lá projectam, acho-a uma simples *chantage* da República que quer consolidar-se à custa dos desgraçados”¹². Mas não conseguiram evitar a desunião interna, motivada pelos diferentes projectos estratégicos que opunham os *constitucionalistas*, fiéis à Carta, aos *legitimistas* e *integralistas*, que começavam a apostar numa superação do modelo do parlamentarismo.

Quando a guerra eclodiu, os monárquicos estavam em febril actividade conspirativa para derrubar o regime, seu principal objectivo. A avaliação da atitude perante a guerra, estava inevitavelmente condicionada por este objectivo.

1. A ECLOSÃO DA GUERRA E A NEUTRALIDADE DA REPÚBLICA

Logo que a guerra rebentou na Europa, o governo republicano pretendia manter a neutralidade. Era, ao tempo, um governo empossado pelo presidente Arriaga, sob ameaça de demissão, a 10 de Fevereiro, para, durante um período de acalmação, discutir o orçamento, rever a Lei da Separação, e preparar novas eleições, procedendo a uma amnistia para crimes políticos, e presidido por Bernardino Machado.

O governo inglês pedira, aliás, ao governo português que mantivesse a neutralidade, mas sem a declarar, para ter margem de liberdade de alterar a sua posição, se fosse necessário accionar a aliança, caso se registasse um ataque alemão às colónias portuguesas. Embora contasse com Portugal em caso de necessidade, a Inglaterra desejava evitar que Portugal fosse envolvido na guerra¹³. Preferia que este conservasse as suas forças para a defesa do continente. Não precisava do auxílio português em África. Defender-nos-ia de um ataque alemão em África, por mar, embora não podendo garantir fronteiras terrestres das colónias portuguesas e de Portugal. Aprovava, contudo, as medidas de Lisboa de defesa colonial.

¹² Menezes, F. R. (org.) *Paiva Couceiro, Diários, Correspondência, Escritos dispersos*, Lisboa, D. Quixote, 2011, p. 257.

¹³ Cf. Teixeira Gomes ao Ministro Freire de Andrade em Agosto de 1914, (*Livro Branco...* p. 25).

A 8 de Agosto, porém, o governo envia ao parlamento português uma declaração onde sublinha os deveres de amizade que decorrem da aliança inglesa, designadamente estar incondicionalmente ao lado da Inglaterra. Esta declaração embaraçou o próprio governo inglês.

Em meados de Agosto, o governo britânico pediu autorização ao de Lisboa para passagem de tropas britânicas, através de território moçambicano de Chinde, para reforçar a Niassalândia, que lhe foi concedida. Ao norte, o governo da República queria reaver Kionga, portuguesa pelo tratado luso-alemão de 1886, tomado pelos alemães em 1894.

Em Berlim, Sidónio Pais assegurava ao governo do *kaiser* a orientação de Lisboa se pretender conservar fora do conflito, embora os alemães se persuadissem que, “mais tarde ou mais cedo”, Portugal teria “de participar na guerra”, calculando que tal participação não fosse a seu favor. Mas, “cada dia que passa, aumenta a probabilidade de não entrarmos no conflito”¹⁴, escrevia o futuro presidente.

João Chagas, de Paris, criticava, por seu lado, a ambiguidade portuguesa, e pressionava para que governo português tomasse posição perante a guerra. Recordava que no final da guerra, segundo as declarações de um ministro francês, “a distribuição dos benefícios, será proporcional aos sacrifícios, a parte de cada um será proporcional aos esforços, cada um receberá segundo a sua contribuição”¹⁵.

Em começos de Setembro o ministro português dos Estrangeiros, Freire de Andrade, explicava a Sidónio Pais, em Berlim, a posição do governo: “Portugal não declara a neutralidade, porque sendo aliado da Grã-Bretanha, está na disposição de cumprir firme e lealmente os deveres que daí lhe advierem, desde que for solicitado. O nosso desejo é mantermo-nos estranhos ao conflito. Não hesitaríamos em tomar parte nele sob invocação da aliança, quando a Inglaterra no-lo solicitasse, mas fora dessa obrigação de lealdade procederemos como neutrais. Regulamo-nos pelos nossos compromissos para com a Inglaterra e pelos nossos interesses próprios”¹⁶.

¹⁴ *Ibidem*, p. 19.

¹⁵ *Ibidem*, p. 27.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 36-37.

Em finais de Setembro, porém, o governo francês pediu armas a Portugal, mais concretamente peças de artilharia, com apoio inglês. O governo português respondeu que só podia ceder armas com homens, e que o exército encarava mal que essa colaboração portuguesa fosse de uma arma só: no caso, artilharia. Se a Inglaterra concordasse, e o solicitasse, poderia seguir uma divisão, dois regimentos de infantaria, a acompanhar a artilharia. Mas Portugal só entraria na guerra a pedido da Inglaterra.

O governo inglês aconselhou o português a não declarar guerra antes de fazer embarcar essas forças. Temia-se um levantamento monárquico se fossem cedidas armas e forças militares para um país estrangeiro.

A 14 de Outubro de 1914, porém, já o ministro dos Estrangeiros, Freire de Andrade, comunicava a vários embaixadores portugueses que “é quase certo Portugal entrar brevemente na guerra como aliado Inglaterra”¹⁷. Para tanto, o governo decidiu, a 15 de Outubro, começar a mobilização parcial de uma ou duas divisões, e preparar material e tropas a enviar, para satisfazer um pedido inglês¹⁸ e recomendou para Berlim que os portugueses deixassem a Alemanha¹⁹. Entretanto, o embaixador alemão apresentava queixa em Lisboa contra atitude hostil que o Governo vinha tomando desde o começo da guerra²⁰.

Mas o governo inglês nada queria pedir ao governo português que pudesse quebrar a neutralidade nesse momento²¹. Pediu, por isso, ao governo português que não se comprometesse com uma declaração de guerra, antes do envio dos canhões²².

Uma delegação do Estado Maior português foi conferenciar com uma representação do Estado Maior britânico, a Londres, em finais de Outubro.

É nessa altura que, a 20 de Outubro de 1914, se dá a revolta monárquica de Mafra, chefiada pelo Major Rodrigues Nogueira. O levantamento, que traduzia o enorme desconforto que grassava nas fileiras do exército perante

¹⁷ *Ibidem*, p. 51.

¹⁸ *Ibidem*, p. 51.

¹⁹ *Ibidem*, p. 54.

²⁰ *Ibidem*, p. 50.

²¹ *Ibidem*, p. 59.

²² *Ibidem*, p. 60.

a iminência do envio de militares para a frente, exprimia claramente um sentimento anti-britânico. Libertar Portugal da guerra implicava sacudir o jugo inglês sobre o país e o regime. Rodrigues Nogueira será julgado e expulso do país por três anos. Centenas de monárquicos voltaram às prisões, e os seus jornais foram, uma vez mais empastelados.

A imprensa lisboeta, de forma agressiva, incentivava à entrada na guerra, acusando o ministro dos Estrangeiros de ser germanófilo, traidor e medroso²³.

O governo temia que, se Portugal declarasse guerra, tudo levava a crer que a Alemanha invadiria Angola. Por isso, dizia o ministro dos Estrangeiros, Freire de Andrade a Teixeira Gomes: “as nossas tropas muito melhor serviço fariam ali do que em França, visto que neste país elas seriam apenas uma gota de água no oceano de homens que lá combatem enquanto que, em Angola, não só defenderiam a nossa terra, como auxiliariam eficazmente os ingleses do Cabo”²⁴. E acrescentava: “a grande maioria da Nação, pronta a cumprir os deveres da aliança inglesa, não tem desejo algum de beligerância, como que antevendo os sacrifícios enormíssimos que ela trará a um país como o nosso, pobre de recursos financeiros, com o seu exército em vias de organização, e sabendo que dessa beligerância nenhum proveito provável se antevê”²⁵.

O governo inglês, a 9 de Novembro de 1914, registava “os oferecimentos frequentes e espontâneos que tem recebido do governo português desde o começo da guerra” para pôr “a sua força de terra e mar à disposição do governo de S. Majestade”, logo que este exprimisse tal desejo, mas recomendava que o governo português não declarasse guerra, enquanto não estivesse de facto em condições de pôr as suas forças em campanha²⁶.

Teixeira Gomes, de Londres, reconhecia a 14 de Novembro de 1914, que “certamente não havia na Europa nação cujos interesses fossem mais contrários, do que os de Portugal, ao estado de guerra, para o qual de resto, não tínhamos o mínimo preparo. Na situação financeira em que se encontrava o

²³ *Ibidem*, p. 67.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Idem*.

²⁶ *Ibidem*, p. 81.

nosso país, o preparo imediato para a guerra, em tempos normais, implicaria a inevitável ruína; no caso de guerra entre as grandes potências, com as fatais consequências de queda de receitas, carestia de géneros de primeira necessidade, paralisação na indústria, suspensão de exportações, etc., não seria preciso que declarássemos a beligerância para desde logo antevermos o espectro da miséria e pensar então em adquirir material de guerra conveniente, em competência com as nações fortes e ricas, seria sonho ridículo”.

“Só havia, pois, duas contingências que nos poderiam envolver num conflito armado: ataque por parte de qualquer potência, a nós directamente, ou à Inglaterra e quando esta nos pedisse auxílio. Uma e outra eram extremamente improváveis”. Portugal seria, nas colónias, a primeira vítima da Alemanha vitoriosa²⁷.

O ministro da Guerra opunha-se ao fornecimento de munições, que lhe faziam falta, até porque o governo francês se responsabilizara a fornecer munições. Mas, em 20 de Novembro, partiam 56 canhões para França. O Governo inicia a mobilização sem dizer o motivo²⁸ e o presidente Arriaga queixa-se de não ter sido informado sobre tal decisão²⁹.

O governo inglês adverte o português que não precisa de romper a neutralidade para responder aos ataques alemães em África, que também não precisaram de declarar guerra para essas acções. Podem os portugueses imitar os alemães³⁰.

A 23 de Novembro, o Congresso autoriza o governo a intervir militarmente ao lado da Inglaterra quando e como julgar necessário. É assinado o decreto de mobilização de uma divisão (20 000 homens), para seguir para França, quando estiver preparada, de acordo com governo inglês.

Perante esta autorização do parlamento, a Alemanha começa a considerar os portugueses como inimigos sem declaração de guerra.

Em Angola dão-se os primeiros incidentes de Naulila (no Cunene) a 24 de Agosto. Perante a concentração de tropas portuguesas na fronteira,

²⁷ *Ibidem*, p. 83.

²⁸ *Ibidem*, p. 96.

²⁹ Arriaga, M., *Na primeira Presidência da Republica Portuguesa. Um rápido relatório*, Lisboa, Clássica Editora, 1916, p. 132.

³⁰ *Ibidem*, p. 97.

uma patrulha alemã, procede a um reconhecimento militar, entra em território angolano com uma carta para o sub-comandante de Naulila e é morta pelas autoridades, em pleno banquete que é oferecido em sua honra.

A 31 de Outubro, como reacção, e por julgarem estar declarada guerra, atacaram Cuangar (no Cuango), no sul de Angola, sem ordens do governo alemão, provocando baixas, e assassinando os feridos. O Cônsul alemão apresenta desculpas ao governador de Angola, que manda recolher alemães em Luanda.

Outros combates entre patrulhas portuguesas e alemãs se registam no sul de Angola, dias depois. A 19 de Novembro alemães invadem Angola, em estado de guerra sem declarar guerra. Seguidamente entre 800 e 1000 alemães invadem sul de Angola, destruindo vários postos. O governo português reclama em Berlim, explicações e indemnizações.

Também em Moçambique, em finais de Agosto, os alemães atacaram o posto de Maziúá. E em começos de Dezembro de 1914 partia uma expedição militar para Angola. Como dizia Machado Santos, “o governo de Bernardino Machado, para não descontentar os partidários da guerra, enviou duas expedições à Africa, insuficientemente organizadas, e para não descontentar os partidários da paz, deu aos governadores ultramarinos e aos comandantes das forças expedicionárias, instruções de neutralidade”³¹.

Entretanto, súbditos alemães são aprisionados em barcos portugueses, em águas territoriais portuguesas, por navios de guerra britânicos. O governo contemporizador de Bernardino Machado, porém, caiu sem decidir nem pela beligerância nem pela neutralidade. Manuel de Arriaga, chama então de novo os democráticos ao poder, cedendo Afonso Costa a presidência do governo a Azevedo Coutinho.

2. O “GOVERNO DOS MISERÁVEIS” ACELERA A INTERVENÇÃO

A 12 Dezembro de 1914 toma posse o governo de Victor Hugo Azevedo Coutinho, que presidia à Câmara dos Deputados, também conhecido pelo “Governo dos miseráveis de V. Hugo”, com Augusto Soares nos Estrangeiros,

³¹ Santos, M., *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lisboa, Liberty, 1916, p. 50.

que durará pouco mais de um mês. A preparação para a guerra iria acelerar. O intervencionismo fazia estrada larga. Os incidentes africanos com tropas alemãs iriam ajudar.

Logo a 14 de Dezembro, o embaixador alemão em Lisboa pede explicações ao novo governo sobre a ordem de concentração em Luanda de todos os alemães residentes em Angola. Há combates entre patrulhas portuguesas e alemãs no sul de Angola no dia 20 de Dezembro, que demonstram que os alemães nos tratam como inimigos, invadindo Angola sem declaração de guerra, como reconhece o novo ministro Augusto Soares a Teixeira Gomes em Londres, desde a decisão no Congresso. “Estimaria o governo português continuar a ser considerado neutral para assim poder concentrar forças bastantes em Africa e adquirir material de guerra para si e para os aliados se estes precisassem do seu intermédio, mas as agressões em Angola podem determinar em Portugal corrente de opinião que force Governo considerar-se estado de guerra mais cedo do que lhe convenha”³².

O Governo português formula diplomaticamente reclamações e pede reparações ao governo de Berlim. A intenção de adiar a beligerância pode ser precipitada pelos acontecimentos de Angola, e obrigar a um efectivo estado de guerra, diz o Ministro a Teixeira Gomes, pedindo opinião ao governo inglês³³. Ora o governo inglês manifestou por várias vezes o desejo de que não declarássemos guerra, mas com os incidentes de Angola, a Alemanha parece ter rompido a paz, obrigando o governo português a declarar o estado de guerra. Londres recorda, porém, que nada decorre neste caso dos deveres de aliança, por conseguinte, qualquer decisão nessa matéria será da responsabilidade do governo português³⁴.

Da Haia, o embaixador português, Bartolomeu Ferreira, comunicava que o “Governo alemão não deseja guerra conosco”. A ideia geral nos círculos militares e civis em Berlim é que “Portugal não tem nada a ganhar em entrar em guerra. Não se pensa exigir coisa alguma a Portugal se ele se abster. Mas entrando, todos dizem que, se a Alemanha vence, perderemos Angola”³⁵.

³² *Livro Branco...*, p. 114.

³³ *Ibidem*, p. 116.

³⁴ *Ibidem*, p. 122.

³⁵ *Ibidem*, p. 129.

De Berlim, Sidónio Pais informava a 12 de Janeiro que o “governo alemão considera nossa reclamação pretexto que procuramos para a guerra, na qual segundo lhe consta nós já resolvemos e declaramos entrar e diz que se queremos guerra a façamos que a responsabilidade será nossa”³⁶.

A 5 de Janeiro de 1915, de Londres, as instruções do *Foreign Office* iam no sentido de “aconselhar que o governo Português se abstenha, tanto quanto possível, de declarar a guerra, mas tome todas as medidas que julgue necessárias à defesa do país”³⁷.

O governo alemão responsabilizava o português pelas dificuldades de comunicação com o Sudoeste africano. Os ingleses solicitam e conseguem autorização para embarcar na Beira, em Moçambique, tropas para a Rodésia do Sul em Fevereiro de 1915. São levados para Luanda prisioneiros alemães, quer civis, quer militares, entre os quais o vice-cônsul em Moçâmedes, convidado a abandonar o território.

* * *

A 15 Janeiro de 1915, o presidente Arriaga convoca um Conselho de Estado informal, ou seja, um conjunto de personalidades para os ouvir sobre se o país está em condições de satisfazer compromissos militares, caso Inglaterra o solicite, reconhecida a “pobreza dos nossos recursos militares” e, se declarada a nossa beligerância, “poderá contar com o apoio de todos”.

O ministro das Colónias chamou a atenção que a intervenção em África pode dificultar o envio de forças para a Europa e o ministro da Guerra informou que por causa das expedições para África havia falta de munições e armamentos, mas que em Abril-Maio o país estaria em condições de responder a um eventual apelo inglês.

Augusto de Vasconcelos sugeriu que nos desobrigássemos de compromissos com a Inglaterra e o presidente Arriaga “deve ter compreendido que, em tais circunstâncias, era impossível enviar tropas para a frente ocidental,

³⁶ *Ibidem*, p. 133.

³⁷ *Ibidem*, p. 131.

mesmo que as tivesse. Também deve ter tido conhecimento da crescente tristeza e irritação no Exército devido ao propósito de intervenção na guerra (era esta ainda a política oficial) e à constante interferência civil em assuntos militares”, comenta Vincent-Smith³⁸.

Nesse meio tempo, algumas unidades levantam-se contra a participação na guerra, como Cavalaria 3 de Estremoz, que deveria partir para Angola.

3. MOVIMENTO DAS ESPADAS: PIMENTA DE CASTRO TRAVA A PREPARAÇÃO

A nomeação do governo dos “miseráveis”, provocara a imediata demissão de deputados unionistas, ficando o senado sem quórum para poder funcionar. No entanto, o mesmo Congresso aprovava a proposta de mudança da lei eleitoral dos democratas, que retirava o direito de voto aos militares.

Dezenas de oficiais vão então entregar as suas espadas ao presidente Manuel de Arriaga, 20 Janeiro de 1915, protestando contra a espionagem e a intromissão civil nos quartéis, feita sobretudo pela “formiga branca” e contra a lei eleitoral de 11 de Janeiro, que os excluía do voto. Entre eles, Machado dos Santos entregou a espada da Rotunda. Ninguém podia considerar monárquica essa manifestação.

Os “miseráveis” ainda pensaram num golpe de Estado, assaltando o Palácio de Belém, e fazendo um massacre de oficiais nas paradas dos quartéis, segundo acusação de Machado dos Santos³⁹.

O Presidente Arriaga chama então Pimenta de Castro a Belém, representante dos oficiais que entregaram as espadas, e encarrega-o de formar governo. O golpe de Estado que contra ele preparou o governo cessante foi desarmado, sendo presos alguns dos que o planeavam. Arriaga, em carta a Jacinto Nunes, diz que Azevedo Coutinho lhe reclamou a “suspensão das garantias e a ditadura na mais lata acepção da palavra”⁴⁰.

³⁸ Vincent-Smith, J., *As Relações Políticas Luso-Britânicas, 1910–1916*, Lisboa, Horizonte, 1975, p. 110.

³⁹ *Op. cit.*, p. 57.

⁴⁰ Arriaga, M., *op.cit.*, p. 157.

A 25 de Janeiro, Pimenta de Castro formou governo extra-partidário, apoiado por António José de Almeida e Brito Camacho, sustentando os preparativos da intervenção. Rodrigues Monteiro é o novo ministro dos Estrangeiros. E Teixeira Gomes assume a pasta do Interior.

Tenta atrair os monárquicos, contra o partido democrático de Afonso Costa, que logo começam a preparar a revolução, pondo a circular boatos que Pimenta de Castro era germanófilo e que iria trazer do exílio Paiva Couceiro, João de Azevedo Coutinho e o Pe. Domingos de Cabeceiras de Basto. Era a tentativa de formar um partido republicano conservador, e de evitar o divórcio entre o Exército e a República.

Efectivamente, franqueou o país aos monárquicos, porque também eram portugueses, segundo ele, publicando a 20 de Abril de 1915 – o Decreto da amnistia⁴¹ que motivou forte reacção dos Democráticos.

Regressaram ao país Azevedo Coutinho, João de Almeida, Paiva Couceiro, e guerrilheiros Pe. Domingos Pereira de Cabeceiras e Pe. Júlio Barroso, seu companheiro, e outros indultados.

Procura desanuviar a “questão religiosa”, reconciliando o regime com a Igreja, eliminando as medidas mais agressivas. A 18 de Fevereiro faz sair o Decreto sobre as cultuais, devolvendo aos crentes a administração das igrejas, que as juntas que dirigiam os serviços das igrejas continuavam a manter fechadas. Restituiu assim aos católicos a administração dos bens e dinheiros destinados ao culto, e abriu as igrejas.

A intenção de Pimenta de Castro era a de promulgar nova lei eleitoral, convocar o Congresso saído dessas eleições, e deixar o governo, repondo o equilíbrio político do país, até aí radicalizado.

Nesse sentido, apresentou e fez aprovar, a 24 de Fevereiro, uma nova lei eleitoral, semelhante à de 1884, que visava alargar o sufrágio e introduzir o sistema uninominal. Dá-se voto aos militares, que haviam sido excluídos dele pela lei de 11 de Janeiro de 1915, e motivara o movimento das espadas, e os círculos eleitorais passaram a ser os distritos administrativos, deixando de ser definidos à vontade de qualquer ministro. Os democráticos temiam que o acto eleitoral se tornasse num plebiscito, e que com ele se restaurasse a

⁴¹ Martins, R., *Pimenta de Castro, Dictador*, Lisboa, Oficinas Gráficas do ABC, s/d, Opp. 157 e ss.

monarquia⁴², e se alterasse a política externa⁴³. As novas eleições foram marcadas para dia 7 de Março.

Enquanto altas patentes do exército homenageavam Pimenta de Castro, no dia 27 de Fevereiro, os democráticos tentavam reunir o Congresso, a 4 Março de 1915, para adiar as eleições, que temiam fossem “favoráveis aos contrários” e para prolongar o prazo da legislatura. O Congresso foi cercado por militares, para impedir a entrada de deputados e senadores, pois já tinha terminado a legislatura de 3 anos.

Impedidos de entrar no parlamento, os democráticos fizeram um simulacro de sessão legislativa na Mitra.

4. OS MONÁRQUICOS ORGANIZAM-SE POLITICAMENTE

Pimenta de Castro queria reequilibrar politicamente o País, arrancando-o ao radicalismo democrático. Para isso decide dar oportunidade política aos monárquicos, procurando desse modo contrapesar a influência dos radicais. A perspectiva da proximidade eleitoral mobilizou os monárquicos, que procuraram organizar-se.

Em Março de 1915, é criado na Rua António Maria Cardoso o Centro Monárquico de Lisboa, “Rainha Augusta Vitória”. João Arroio (crítico d’el Rei D. Carlos, tenta organizar e liderar a causa monárquica, mas encontra oposição interna). A questão dinástica foi aberta nos jornais *A Nação* conta o *Nacional* (dirigido por Aníbal Soares)⁴⁴.

Só em 17 Abril de 1915 é criado o Centro Monárquico de Lisboa presidido pelo Duque de Palmela, por indicação de José de Arruela, e de cuja direcção política faziam parte Aires d’Ornelas, António Cabral, Conde de Castro Solla, José de Azevedo Castello- Branco, D. Luís de Castro, Dr. João Ulrich, e Dr. João Albino de Sousa Rodrigues e o Dr. António Horta Osório.

⁴² Castro, J. P., *O Ditador e a Affrontosa Dictadura*, Weimar, 1915, p. 21.

⁴³ Martins, R., *op.cit.*, p. 45.

⁴⁴ Cf António Cabral, *op.cit.*, p. 247 e ss.

O Presidente da Assembleia Geral era o Conde de Bertiandos⁴⁵, e os secretários o Conde de Mangualde e o capitão Artur Sobral Figueira. Na inauguração estiveram presentes mais de 500 pessoas⁴⁶.

Outros centros monárquicos foram criados em Baião, Guarda, Marco de Canavezes, Leiria, em Coimbra.

No dia 6 de Maio, dá-se a Sessão de abertura do Centro Monárquico (D. Carlos), na Travessa dos Remolares, 30, 2.º, presidida por António Cabral, Marquês de Ficalho e o representante das Juventudes Fernando Pizarro.⁴⁷

Em Coimbra, em Maio, numa sessão no Teatro Sousa Bastos, presidida pelo Conde de Bertiandos, e na presença de João de Almeida, foi criado o Centro Monárquico, tendo sido orador Luis de Almeida Braga, Homem Cristo e Garcia Pulido e Pires de Lima. Houve tumultos e desacatos provocados pelos democráticos da cidade, que apedrejaram um automóvel.

Os monárquicos integralistas apresentam-se a público com as Conferências na Liga Naval, em torno da Questão Ibérica, iniciadas a 7 de Abril: António Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Freitas Branco, Pequito Rebelo, Rui Enes Ulrich, A. Xavier Cordeio, Vasco de Carvalho e Luís de Almeida Braga⁴⁸. É uma afirmação nacionalista, em resposta às ameaças anexionistas da vizinha Espanha. As conferências seriam interrompidas com a revolta democrática do 14 de Maio⁴⁹.

Faltava, porém, uma direcção nacional aos monárquicos. Por isso instaram junto de D. Manuel que nomeasse uma Direcção Política. O Rei, perante a complexidade da situação hesitava, o que levou a que a questão dinástica fosse suscitada na imprensa monárquica.

Outra intenção tinha o governo de Pimenta de Castro: sustentar o processo de entrada em guerra ao lado da Inglaterra, promovido pelo anterior governo:

“A Inglaterra declarou guerra à Alemanha sem nos ouvir”, — argumentava Pimenta de Castro — nem nos dar aviso prévio, sem connosco se importar coisa alguma. E assim como era evidente (...) que ela não nos ajudaria numa

⁴⁵ Cf. Rocha Martins, *Pimenta de Castro*, p. 143

⁴⁶ Rocha Martins, *ibidem*, p. 143

⁴⁷ Cf. Rocha Martins, *Pimenta de Castro*, p. 176

⁴⁸ *Em plena...* p. 312

⁴⁹ *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tip. do Anuário Comercial, 1916.

guerra que de motu próprio declarássemos a alguma nação, também nós não tínhamos nem temos de ir agora em seu auxílio. Não havia nem interesse nem conveniência que nos atraísse, nem honra nacional ofendida que à guerra nos obrigasse, e muito menos o combate contra nações, que nos não ofenderam nem provocaram. Ir hoje para a guerra europeia, não é o mesmo que andar na farsada das escolas de repetição, nem o mesmo que ir combater o gentio nas nossas possessões. E Portugal está desprovido dos elementos e dos preparos indispensáveis para se afoitar a uma guerra com países civilizados. Nem existiam cláusulas que a tanto nos obrigassem, como falsamente, com tanto afã e com fins porventura inconfessáveis, propalaram pelo país”⁵⁰.

Por isso o governo de Pimenta de Castro recusou-se a continuar a presentear a nossa fiel aliada com armamento do nosso exército (no valor de 2 700 contos), porque este ficava em condições de não poder salvar a pátria. A entrega desse material de guerra foi feita sem contrapartidas, de graça. Não alimentou a “efervescência da ida para a guerra”, porque “desnecessária” e “desastrada”. O governo era acusado de não continuar com a mobilização de forças.

Não se compreendia que a Inglaterra quisesse o auxílio de guerra português, mas sem tropas. O governo português pergunta ao de Londres, em Março de 1915, se em Angola deve manter-se na defensiva ou se deve prosseguir em operações ulteriores de acordo com a Inglaterra.

Sidónio Pais, a 25 de Março, informa de Berlim que a “Alemanha não deseja guerra conosco”, e que este era o momento para resolver questões com a Alemanha, como a delimitação de fronteiras em África⁵¹.

Um vapor alemão é apresado e desviado pelos ingleses, em plenas águas territoriais de Moçambique, em Dezembro de 1914. E na Horta os navios alemães, ao contrário dos ingleses, estão proibidos de se abastecer de carvão e os cabos alemães de comunicações telegráficas entre o Faial e Nova Iorque foram suspensos por tempo indeterminado, em Março de 1915. A Madeira é utilizada como ponto de apoio da marinha britânica.

Há oficiais portugueses feitos prisioneiros de guerra pelos alemães, no Sudoeste africano, que partem do Cabo, na África do Sul, para Lisboa.

⁵⁰ Castro, J. P., *O Dictador e a Affrontosa Dictadura*, op.cit., p. 30.

⁵¹ *Livro Branco...*, p. 164.

Protestava o Embaixador alemão em Lisboa que, não estando em guerra, não podiam as autoridades portuguesas manter prisioneiros militares alemães⁵².

5. O 14 DE MAIO – OS DEMOCRATAS RELANÇAM O INTERVENCIONISMO

Inconformados com o reequilíbrio político de Pimenta de Castro, os democráticos promovem uma revolução que o derruba e o desterra para os Açores. Navios de guerra, fundeados no Tejo, alvejaram edifícios públicos obrigando o governo a cair. A Revolução de 14 de Maio de 1915 foi mais violenta que o próprio 5 de Outubro. O número de vítimas, muito superior, subiu acima dos 150 mortos e contaram-se mais de mil feridos. Particularmente visados, de novo, monárquicos e católicos, desta vez acompanhados por republicanos, moderados e conservadores.

João Chagas é ferido, e não chega a formar governo, para que fora convidado. É substituído por José de Castro. Alguns dos ministros anunciados recusam as pastas (Alves da Veiga nos estrangeiros e Basílio Teles na Guerra).

Uma das disposições do Manifesto do 14 de Maio era “encerrar os centros monárquicos e marcar prazo aos cabecilhas e agitadores monárquicos para saírem do país”⁵³. Couceiro teve de sair do país.

Vários navios de guerra estrangeiros, entre os quais alguns espanhóis, aparecem no Tejo, para incutir respeito à população e proteger as colónias estrangeiras em Lisboa. O risco de ameaça espanhola aumentou. O novo governo pediu a retirada desses barcos espanhóis.

No dia 27 de Maio, o Congresso reúne-se e valida a acta da sessão da Mitra. Dois dias depois, Manuel de Arriaga, isolado, demite-se. Explica que o rompimento do partido democrático com ele se deveu apenas ao facto de ter convocado a reunião do tal Conselho de Estado informal, para o ouvir sobre a política de guerra⁵⁴. É substituído até final do mandato de 4 anos por Teófilo Braga.

⁵² *Livro Branco, op.cit.*, p. 224.

⁵³ *O 14 de Maio* por um contemporâneo, Porto, Luzitânia, 1915 p. 283.

⁵⁴ Arriaga, M., *op.cit.*, p. 161.

Os democráticos avançam então decididamente para a declaração de beligerância, com um duplo objectivo anti-espanhol e anti-britânico. A Inglaterra pretendia dissuadir o governo português, temendo a reacção espanhola. João Chagas defendia que “a nossa participação na guerra é uma nova Aljubarrota”.⁵⁵

* * *

Em Agosto de 1915, recrudescer em Lisboa, o desejo de beligerância. O chefe do governo inglês insiste “que o governo português não deve dar qualquer passo precipitado situação em geral, tanto sobre o ponto de vista político como estratégico”⁵⁶. Além disso, avisam os britânicos que, nesse caso, não poderão fornecer munições de guerra nem assistência financeira⁵⁷. Mas “se, contudo, se der essa ruptura entre Portugal e a Alemanha, deverá ela constituir claramente um caso exclusivo dos dois países, feito no interesse de Portugal e não imposto à Alemanha como uma obrigação de Portugal para com a Grã-Bretanha”⁵⁸.

Teixeira Gomes diz mesmo em Londres ao governo inglês, a 6 de Julho de 1915, que acha que chegara o momento de declarar a beligerância, e alega as invasões de território angolano, e os prisioneiros portugueses feitos pelos alemães, e as afrontas alemãs a Portugal. “Encontramo-nos com todas as desvantagens dos beligerantes e sem nenhuma vantagem”, com perturbação interna, sem unidade nem força para preparar a defesa.” O sub-secretário de Estado inglês objecta ao embaixador português que “se declarassem a guerra corriam o risco de sofrer nas suas colónias os ataques dos alemães”. Replica Teixeira Gomes, que um estado de guerra “traria a vantagem de nos servirmos dos navios alemães surtos nos nossos portos, os quais não são menos de oitenta e se vão deteriorando sem proveito para ninguém”. O *Foreign Office* “continuava a manter a opinião de que Portugal não precisava de entrar abertamente na guerra”⁵⁹, e por isso manifestou o desejo de que não declarássemos a beligerância.

⁵⁵ Citado por Hipólito de la Torre, *Na encruzilhada...*, p. 175.

⁵⁶ *Livro Branco...*, p. 190.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 191.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 191.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 220.

Em 27 Agosto 1915 é a vez de um levantamento em Braga. Miguel Sotomayor é preso e morto no Governo Civil e, em Outubro, sendo já presidente da República Bernardino Machado, o governo demite-se para permitir ao presidente criar um governo de mais vasto apoio político.

Argumenta Teixeira Gomes, pouco depois, em Dezembro de 1915, que não podíamos continuar a auxiliar a Inglaterra, usando a aparente neutralidade, e que a declaração de beligerância nenhum inconveniente traria à Inglaterra⁶⁰. “A presa dos navios alemães surtos em portos portugueses constituía actualmente a única compensação, embora insignificante, às grandes despesas que a defesa de Angola nos ocasionara”, e que o risco de uma declaração de guerra “era nulo”⁶¹.

O governo britânico insistia que essa necessidade de uma ruptura com a Alemanha, apresentada pelo Embaixador português, não era ditada por nenhum dever de aliança com Inglaterra, mas não teria objecção por parte do governo britânico, que garantia a protecção das costas e das colónias portuguesas, mas não munições nem ajuda financeira.

Quanto ao apresamento dos navios alemães, o governo britânico sublinha, a 2 de Fevereiro de 1916, que “não pode justificar tal acção, não sendo os navios precisos para as suas próprias e imediatas necessidades, mas sendo unicamente tomados para serem transferidos para uso doutros governos”. E que se o governo português tivesse “necessidade urgente dum navio” (...) “esse poderia ser adquirido por compra, se bem que o pagamento não seria feito antes do fim da guerra, e caso fosse possível obter consentimento dos proprietários para essa transacção”. Mas achando benéfico “impedir que navios que podem ser utilizados, permaneçam desaproveitados”, acaba o governo britânico por sugerir dotar o governo português de “poderes para requisitar todos os navios nos portos portugueses”, incluindo os navios inimigos⁶².

O governo português, reunido em Conselho de Ministros, presidido pelo presidente da República, quer, contudo, que essa requisição dos navios alemães impedidos nos portos portugueses lhe seja significada e proposta pelo governo

⁶⁰ *Ibidem*, p. 221.

⁶¹ *Idem*.

⁶² *Ibidem*, pp. 231-232.

britânico como direito de aliada. A 17 de Fevereiro, o governo britânico pede ao português, “em nome da aliança, a requisição urgente de todos os barcos inimigos estacionados em portos portugueses, os quais serão usados para o comércio português entre Lisboa e outros portos que poderão ser determinados por acordo entre os dois governos”. E dias depois sugere que os armadores alemães apresentem condições para consentirem com tal uso dos seus navios. Se as condições forem rejeitadas, os navios serão requisitados pacificamente, como fez o governo italiano. Se forem aceites, as negociações correm o risco de se prolongar interminavelmente, atrasando uma resolução definitiva.

Pelo que o governo português decide não abrir negociações com os armadores e tomar posse dos navios a 23 de Fevereiro. O Embaixador alemão protesta por “esse acto de força, sem qualquer negociação prévia”, e pede a imediata revogação da medida, a 27. O governo alemão comunica ao Embaixador Sidónio Pais que considera “a ruptura de relações inevitável e, como consequência, guerra marítima contra navios portugueses, caso não se reconsidere na medida”, suspendendo o decreto e negociando indemnizações com o governo alemão.

O governo português consulta o governo britânico sobre a resposta a dar ao governo alemão: os navios estão sob jurisdição da soberania de Portugal, que precisa deles para o seu comércio marítimo, sendo os proprietários indemnizados em devido tempo.

Sidónio Pais ainda exprime a esperança de que se a resposta portuguesa frisar que os navios não serão para uso dos inimigos mas para satisfazer necessidades do país, não se produza o que porém vem a acontecer: a Alemanha declara guerra a Portugal a 9 de Março, acusando Portugal de apoiar os inimigos da Alemanha, de enviar expedições a Africa para combater a Alemanha, de o governo nada fazer para impedir ou corrigir as grosseiras ofensas ao povo alemão pela imprensa e pelo Parlamento, e de apresar sem negociações os navios alemães em Lisboa, demonstrando desse modo ser “vassalo da Inglaterra” e subordinar tudo aos “interesses e desejos dos ingleses”⁶³.

⁶³ *Livro Branco. Portugal no conflito Europeu. 1.ª Parte: Negociações até à Declaração de Guerra. Documentos apresentados ao Congresso da República pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920. p. 254-255.

O governo alemão tenta então influir na política interna portuguesa a seu favor. Numa Reunião na Quinta das Lágrimas, em Coimbra, o Major Rodrigues Nogueira deu a conhecer a uma delegação da Causa Monárquica a intenção do governo da Alemanha de apoiar a Causa a restaurar a Monarquia em Portugal, respeitando a integridade do património colonial, desde que monárquicos evitassem que Portugal entrasse em guerra. A Causa Monárquica, porém, entendeu que devia manter-se estranha aos desígnios do governo alemão⁶⁴.

A 7 Fevereiro de 1916 é criada a Comissão Nacional de Apoio aos monárquicos necessitados por António Cabral, que merece o aplauso do Rei D. Manuel II, e no dia 23 Fevereiro de 1916, o governo português apropriou-se dos 70 barcos alemães e 2 austríacos fundeados em Lisboa.

Há actos de pirataria praticados a bordo dos navios alemães e austríacos fundeados no Tejo, noticiados pelos jornais. Desapareceram dali barras de estanho, fardos de papel, e outras mercadorias, no valor de muitas libras⁶⁵. Em resposta, a 9 Março, a Alemanha declara Guerra a Portugal.

6. A POSIÇÃO DO REI D. MANUEL II

D. Manuel II ia seguindo de Londres com preocupação o agravamento da situação internacional e os riscos que daí adviriam para Portugal, para a sua integridade territorial e para as suas colónias.

A Espanha, apesar de também ela dividida internamente, aproximou-se da *Entente*. Afonso XIII visitara Paris e recebera em Madrid Poincaré. E não hesitava em pensar intervir e anexar Portugal. Em Inglaterra, não faltava — nomeadamente Churchill — quem achasse que “a Espanha era estrategica e militarmente mais importante para a Grã-Bretanha do que Portugal e as suas possessões” e, por isso, “sendo impossível a Grã-Bretanha manter boas relações com ambas as nações peninsulares ao mesmo tempo”, “a escolha britânica devia ser a Espanha, que podia então ser autorizada ou

⁶⁴ Cabral, A., *op.cit.*, pp. 297-298

⁶⁵ Cabral, A., *op.cit.*, p. 303.

até encorajada a absorver o seu vizinho”⁶⁶, cujo regime republicano não suscitava a menor simpatia.

D. Manuel II, conhecedor destas ameaças de intervencionismo espanhol e de partilha do ultramar português, considerava que os monárquicos deveriam suspender as suas reivindicações partidárias, mormente a da restauração da monarquia, para se unir ao esforço do governo. Na ordem do dia não devia estar a restauração da monarquia, mas sim a salvação de Portugal. Por isso recomenda aos monárquicos que ofereçam os seus préstimos ao governo da república, considerando a situação de guerra.

Numa mensagem enviada aos monárquicos, recomenda que os problemas nacionais se deveriam subordinar à questão da guerra, e pede unidade aos monárquicos sob a sua direcção⁶⁷.

Numa carta ao Marquês de Lavradio, escrita no primeiro outono de guerra, confessa que está “com o maior cuidado em Portugal”, e que, por isso, “qualquer movimento agora seria simplesmente fatal para Portugal”. Não deixa, no entanto, de advertir os monárquicos que tal não significa desistir da restauração monárquica”, mas pelo contrário “devemos estar preparados para tudo”⁶⁸.

Os monárquicos, envolvidos em preparativos de sublevação para restaurar a monarquia, por via militar, já que a alternativa de uma via eleitoral não existia, tinham dificuldade em compreender a posição do Rei. Não anteviam real perigo que justificasse a intervenção na guerra europeia. E, por isso, prosseguiram na preparação da conspiração que levaria à revolta de Mafra, liderada pelo Major Rodrigues de Freitas, em Outubro de 1914.

Em Inglaterra, D. Manuel envolvia-se com os aliados. Monta um Hospital perto de Londres, em Brighton para tratamento de vítimas de guerra.

Quando Pimenta de Castro é chamado a formar governo em Janeiro de 1915, considera D. Manuel que “as coisas tomaram aí outro caminho que, sem dúvida alguma, será de grande bem para o País se o presente governo durar. Pode-se ter uma séria e grande esperança, mas é necessária uma grande

⁶⁶ Vincent-Smith, J., *As relações políticas luso-britânicas 1910-1916*, Lisboa, Horizonte, 1975, pp. 43-44.

⁶⁷ Cabral, A., *Cartas d’El-Rei D. Manuel II*, 49; Cf. Miguel Dias Santos, p. 277.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 196.

prudência e não correr a deitar foguetes inúteis. É preciso trabalhar-se, mas com método e disciplina para preparar tudo”. Meses depois, achava pelo contrário que “estamos chegando ao “fim do fim”! A última esperança foi-se e só vejo diante de nós um pântano! Que horror, que tristeza, que vergonha! A situação é terrível e escapámos a uma intervenção estrangeira por uma unha negra. A Espanha queria-a, a Inglaterra impediu-a. (...) Só um milagre salva aquele País ou então se no fim desta guerra pavorosa a Inglaterra e aliados reconhecessem que é indispensável voltar à monarquia. O meu medo é que a Inglaterra, farta de tão belo aliado, se entenda com a Espanha: todo o meu trabalho agora é impedir tal entendimento”⁶⁹. De facto, em Março de 1915, Churchill assegurava-lhe que os ingleses preservariam a integridade territorial de Portugal se a ameaça de Espanha se concretizasse⁷⁰.

O impacto destas mensagens e posições não era grande. O prestígio de D. Manuel II entre os monárquicos diminuía em extensão e autoridade, pela forma como seguira as incursões. Por isso se queixa ao Marquês de Lavradio: “Os monárquicos não me querem ouvir e fazem sempre o contrário do que lhes digo a bem do País”.

“A situação internacional de Portugal é simplesmente angustiosa, pois infelizmente ninguém nos toma a sério. O grande perigo, aquele que me causa pavor, é se a Espanha se entende com a Inglaterra e se entra na guerra ao lado da Inglaterra e da França: o preço dessa colaboração será o nosso desgraçado País. — Por enquanto esse perigo não está iminente e enquanto for humanamente possível evitarei essa intervenção: a Inglaterra por agora está ao nosso lado: mas o que se pode fazer quando há pessoas que dispõem de influência e que me escrevem dizendo que o meu procedimento é ignominioso de pedir à Inglaterra que apoie a república, tendo eu escripto a essa mesma pessoa que se a Inglaterra deixar de apoiar Portugal, por consequência a república, o nosso país desaparece !!!”⁷¹

E perante notícias de um movimento monárquico, que considera uma loucura, lamenta a Lavradio, nos começos de Outubro de 1915:

⁶⁹ *Ibidem.*, p. 199.

⁷⁰ *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Ática, 1947, p. 249-250; também Cabral, *Op.cit.*, p. 212.

⁷¹ *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, Lisboa, Ática, 1947, p. 250.

“Não me ouvem, não se importam com o que eu digo, e os monárquicos estão avançando quanto podem a ruína completa e absoluta do nosso querido mas tão infeliz Portugal! — Eu, sabe-lo bem, sou contra todo e qualquer movimento antes do fim d’esta tremenda guerra. — O germanofilismo dos monárquicos ser-nos-á fatal.”⁷²

De facto, eclodem sublevações monárquicas contra quartéis em Braga e Guimarães, no verão de 1915.

Em Dezembro, D. Manuel empenha-se publicamente na causa dos aliados, visitando hospitais militares em França. Em Paris, visita o hospital militar inglês de Versailles, no dia 1, durante mais de duas horas, e conversou com todos os feridos, e o hospital de S. Thomaz de Villeneuve, em Neuilly, onde recebeu a medalha da Cruz Vermelha Francesa, no dia 2, visitou ainda o Hospital russo, o Hospital japonês, dia 3, o Hospital americano de Neuilly, no dia 4 e o Hospital militar belga, em Callais (Bourbourg), a 14⁷³.

D. Manuel move influências para defender Portugal dos riscos que corre. Churchill, que em 1912 considerava que uma tentativa espanhola de absorver Portugal não feria os interesses britânicos⁷⁴, asseverava a D. Manuel II, em Março de 1915, que os ingleses preservariam a integridade territorial de Portugal se ameaçado por Espanha⁷⁵.

Empenha-se junto das autoridades britânicas: “Jantei e almocei duas vezes com o primeiro-ministro, com quem falei largamente”⁷⁶.

No interior, porém, as recomendações de D. Manuel não são nem entendidas nem aceites com facilidade. Di-lo Luís de Magalhães a D. Manuel II, em Março de 1916: “Há muito tempo que os Seus partidários, só de Vossa Majestade ouvem conselhos de passividade, de retraimento, desaprovação dos seus intuitos, condenação dos seus actos e, agora, o aviso comunitório d’uma pública exautoração”. (...) “A impressão que isso causa é, nuns de desgosto profundo, n’outros de irritação, no geral d’um radicado convencimento de que Vossa Majestade se desinteressa da Causa que representa e

⁷² *Op.cit.*, p. 212.

⁷³ Cartas de D. Manuel II a D. Amélia, in Fernando Amaro Monteiro, *op. cit.*, p. 57 e ss.

⁷⁴ Vincent-Smith, J., *op.cit.*, p. 92-93.

⁷⁵ Monteiro, F. A., *op.cit.*, p. 197.

⁷⁶ Cabral, A., *Cartas d’El-Rei D. Manuel II*, Lisboa, Francisco Franco, 1933, p. 203.

abandona os seus servidores e o seu país ao seu duro e miserável destino”. A restauração “não tem prazos; tem oportunidades.”⁷⁷.

Em Maio de 1916, já com Portugal na guerra, nomeia finalmente D. Manuel a Ayres de Ornelas seu Lugar-Tenente no interior do país⁷⁸, a que dá poderes e instruções, entre elas duas fundamentais:

“1) que se ponha absolutamente de lado toda e qualquer ideia política e que se pense somente na Pátria que está em guerra;

2) que se forme uma união completa entre os monárquicos debaixo da minha direcção e autoridade.

Estes dois pontos são capitais. É preciso que não se dê o triste e lamentável espectáculo, duma divisão no partido monárquico e de uma divergência com o seu Rei⁷⁹. E terminava: “Os monárquicos tenham também um bocadinho de confiança em mim”⁸⁰.

Efectivamente, em Abril de 1916, os monárquicos integralistas criaram um organismo autónomo da Causa Monárquica, sob a égide da Junta Central do Integralismo Lusitano, presidido por Adriano Xavier Cordeiro, composta por António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, José Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz, Luís de Almeida Braga e Rui Enes Ulrich, que publica nessa altura um primeiro manifesto político.

Congratula-se com João Azevedo Coutinho, exilado desde a sua tentativa de revolta em Outubro de 1913: “Gostei muito do seu oferecimento ao governo e bem desejava eu que todos seguissem o seu belo e patriótico exemplo”⁸¹. E acrescentava: “Em minha opinião é indispensável que todos os oficiais ofereçam incondicionalmente os seus serviços ao governo português”.⁸² Ele próprio dá o exemplo e coloca o Paço das Carrancas à disposição para

⁷⁷ In Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República*, Coimbra. Imprensa da Universidade, 2010, p. 339.

⁷⁸ Cabral, A., *Cartas...*, p. 266.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 359.

⁸⁰ *Ibidem*, pp. 204-205; Carta ao Marquês de Lavradio. Cf. também p. 359.

⁸¹ *Ibidem*, p. 266-268).

⁸² *Ibidem*, pp.267-268; D. Manuel II manda também um telegrama ao Conde de Sabugosa (e não à Junta Directiva da Causa Monárquica) em que recomenda aos monárquicos que, em virtude do estado de guerra, se ofereçam ao governo da República. A. Cabral demite-se da direcção da Causa (*op.cit.*, p. 308), por essa mensagem não ser dirigida à Direcção da Causa, mas ao seu antigo mordomo-mor. A Direcção da Causa Monárquica era composta por João Arroio, José de Azevedo Castelo Branco, António Cabral, Pinto Coelho e Vasconcelos Porto. (*Em plena...* p. 304), escolhidos a 17 de Abril de 1915.

montar um hospital de sangue⁸³. Em Maio de 1916, chama a atenção do primeiro-ministro britânico da conveniência, se não mesmo necessidade, de um governo nacional em Portugal, e lamenta que o governo português não aceite o oferecimento dos monárquicos. Pede-lhe por isso instruções⁸⁴.

Em 19 Novembro de 1916 realiza-se a reunião de Monárquicos, e é lida mensagem de D. Manuel, convidando a subalternizar tudo à guerra.

7. A PARTICIPAÇÃO NA FRENTE DA FLANDRES EM 1917

Declarada a guerra, em começos de Março, demite-se o governo de Afonso Costa a 11 Março, para dar lugar no dia 15 de Março ao Governo da União Sagrada de António José de Almeida, com Afonso Costa nas Finanças.

A resistência à guerra espalha-se, e no dia 4 Maio dá-se a Revolta em Mafra das praças de um regimento contra o que supunham: que os estudantes seriam dispensados de partir para África⁸⁵.

O governo forma comissões para fazerem propaganda pelo país a favor da intervenção, que não são bem acolhidas. Por vezes eram recebidas com gritos de “Abaixo a guerra! Viva a paz”, como sucedeu em Viseu⁸⁶.

Os monárquicos vão aceitando com alguma relutância a orientação traçada por D. Manuel II. A Junta Central do Integralismo Lusitano, por exemplo, em manifesto tornado público em Abril de 1916, definiu a sua “atitude política” perante a guerra. Considerando “em jogo a própria existência da Nacionalidade”, reconhece que “a aliança inglesa foi obra da nossa velha Monarquia”, aceitando por isso o pedido de D. Manuel II “incarnação viva da Pátria, supremo árbitro dos interesses nacionais [...] o sacrifício nas aflitivas circunstâncias presentes, de estarmos ao lado do governo da república e de lhe prestarmos todo o nosso apoio, patriótico e desinteressado”. Era uma atitude justificada pela obediência a quem “conhece melhor do que nós a situação internacional do País”,

⁸³ *Op.cit.*, p. 269.

⁸⁴ Marques, P. L., *O Marquês de Soveral. Seu tempo e seu modo*, Lisboa, Texto Editores, 2009, p. 272.

⁸⁵ Cabral, A., *Em plena república*, *op.cit.*, p. 300.

⁸⁶ *Memórias da Condessa de Mangualde*, *op.cit.*, p. 138.

mas também por razões de política restauracionista: “tidos como anglófilos os realistas portugueses, só a república, fiel mantenedora de uma orientação diplomática que tão violentamente combateu, poderia vir a lucrar com ela, no dia próximo ou longínquo da conferência de Paz. A aliança inglesa, torna-se urgente lembrá-lo, não é com o regime vigente, é com a Nação Portuguesa; mas, para que lhe aproveitemos todos os frutos, será preciso que a Nação Portuguesa, monárquica na sua totalidade, só por um espontâneo sentimento de ódio contra a república, não dê à Inglaterra a impressão de que não existe nem poderia nunca ter existido qualquer tendência mais ou menos hostil à tradicional política dos nossos antepassados”. Em contrapartida, pretendiam os integralistas obter do governo uma amnistia para os exilados monárquicos.

Afonso Costa, ao referir-se no parlamento a intervenção de Portugal na guerra, anuncia um crédito de guerra e diz que os navios foram vendidos a Inglaterra: Contrato Furness. Entregam-se a Inglaterra 80% da tonelagem, ficando nós com 20 %. A Torlades, de que Afonso Costa era advogado, é intermediária. Os navios foram fretados pela Casa Furness (de que era representante em Lisboa, o Sr. Bleck, Presidente da Companhia dos Fósforos e amigo de Afonso Costa) a 14 *shillings* e 3 *pences* por tonelada bruta e por mês, contra 40 *shillings* os grandes e 50 os pequenos com que o governo chinês alugou os que apresou aos alemães. Navios que valiam 100000 contos foram cedidos à Torlades por 10.800 contos⁸⁷.

A 8 de Outubro o deputado Celorico Gil denunciou no parlamento que Afonso Costa e Augusto Soares haviam alugado à Torlades (à Companhia dos Fósforos, de que o primeiro era advogado) por 10800 contos navios que valiam 100000.

Responsáveis pela entrada de Portugal: João Chagas, Bernardim Machado, Norton de Matos e Afonso Costa.

Mas há sectores republicanos que se insurgem também contra a política de guerra. Em 13 de Dezembro de 1916, nas vésperas do embarque do Corpo Expedicionário Português para a Flandres, Machado dos Santos promove um levantamento militar em Abrantes, com repercussões em Castelo Branco e Figueira da Foz. É preso em Viseu, no Fontelo, por um ano, sem culpa

⁸⁷ *Em plena...*, p. 310.

formada. Alguns monárquicos participam nesse levantamento, o mesmo acontecendo a 20 de Janeiro de 1917, com o falhado golpe do Coronel Botelho de Vasconcelos, bem como com o fracassado plano de rapto do governo e do presidente Bernardino Machado, em Abril desse mesmo ano.

Na sequência desses episódios os jornais monárquicos (*Diário Nacional, O Dia, O Liberal*) foram suspensos.

A carestia de vida aumentava, bem como a crise das subsistências. O mês de Janeiro vê crescer a fome, e os assaltos a padarias.

Em 17 de Janeiro é publicado o decreto que organiza o Corpo Expedicionário Português. Em Fevereiro de 1917, a brigada portuguesa, num total são 54 976 homens, desembarca no porto de Brest, em França, dali seguindo para a Flandres. A presença de soldados na frente levou a que não se celebrasse o Carnaval.

Nesse mesmo mês, o integralismo lusitano lançou o jornal *A Monarquia*, aparecendo o primeiro número no dia 12. Mas a causa monárquica tardava em se organizar eficientemente. Os republicanos (Teófilo, Magalhães Lima, Bernardim Machado, Afonso Costa) defendem a União Ibérica e a 25 de Abril cai o governo da União Sagrada, passando Afonso Costa a estar no poder de novo. O governo de Afonso Costa é acusado de negociatas, com material de guerra fornecido sem concurso, e com a concessão de 500 000 francos à mulher para uma Comissão de Hospitalização da Cruzada das Mulheres Portuguesas.

Multiplicam-se os protestos sociais, as balbúrdias, os tumultos e motins, com assaltos a mercearias e comércios. Proliferam as greves. É encerrada a União Operária Nacional.

A política religiosa volta a ser hostil. A 23 Julho o Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo é exilado em Gouveia pelo Ministro Alexandre Braga, por não ter pedido o beneplácito para a provisão às irmandades.

A censura apertada e deixa colunas brancas em muitos jornais. As prisões sucedem-se às centenas.

Na frente, a integração das forças portuguesas faz-se com alguns problemas. Os ingleses não têm confiança nas tropas portuguesas, que acusam de indisciplina⁸⁸.

⁸⁸ Carta do Conde de Mangualde a Sua Mulher de 2 de Outubro de 1917, in *Memórias da Condessa de Mangualde*, p. 138.

É nessas circunstâncias que Egas Moniz funda o seu partido de centro, e que se realizam as eleições municipais a 4 Novembro.

Os militares preparavam nova intervenção, mas desta vez, contra os democráticos.

8. O SIDONISMO

A 5 de Dezembro eclode a revolução de Sidónio Pais, que se conclui vencedora três dias depois. Afonso Costa e Augusto Soares presos no Porto, foram embarcados em Leixões para Lisboa. O primeiro seria preso na Trafaria e dali levado de comboio para o Forte de Elvas. Apenas serão libertados em final de Março. Bernardino Machado, deposto da presidência da república, é posto na fronteira de comboio. Norton de Matos e Leotte do Rego refugiam-se a bordo de um navio inglês.

Sidónio convida Bettencourt Rodrigues para chefiar governo, que o convence a adoptar o presidencialismo. Sidónio acumula as pastas da Guerra e Estrangeiros. Machado dos Santos no Interior. Moura Pinto na Justiça.

No dia 8 Janeiro, Carlos da Maia, ministro da Marinha sufoca a insurreição dos marinheiros do Vasco da Gama, que lhe custará o assassinato em 1921.

Sidónio é aclamado no Norte (Porto, Braga, Caminha) e no Sul (Évora). Os monárquicos dispõem-se a prestar a sua colaboração ao novo curso, sem se identificarem com o regime, nem com o presidencialismo de Sidónio. A 2 Fevereiro, três elementos da Comissão (Conde de Nova Goa, António Cabral e D. José de Azevedo) encontram-se no Hotel Avenida com Sidónio, que lhes garante liberdade de candidatura. Recusava plebiscitar o regime, mas anuncia eleições presidenciais, para as quais pede apoio aos monárquicos.

Dias depois, a de 8 Fevereiro, a Comissão Eleitoral Monárquica publica a proclamação que apela à união nas urnas.

É constituída uma Comissão Eleitoral Monárquica, integrada por D. Luís de Castro (Nova Goa), António Cabral, Conde de Castro Sola, Conde de Monsaraz, José de Azevedo Castelo Branco, Moreira de Almeida, Aníbal Soares, Xavier Cordeiro, António Telles de Vasconcelos (director do *Liberal*). Constitucionalistas e integralistas estão juntos nesta frente política.

Mas o novo regime começava a abrir brechas: a 25 de Fevereiro, os unionistas de Brito Camacho abandonam o governo.

A 10 de Março, em reunião magna dos monárquicos, presidida por Aires de Ornelas, decide-se apoiar o processo de mudança de Sidónio, apesar de algumas oposições, como a de António Cabral⁸⁹. Os integralistas tentam mesmo pressionar o regime a inflectir em sentido anti-republicano. Aceitam colaborar no processo eleitoral. E achando que Sidónio Pais estava “fazendo uma demonstração interessante de integralismo”, na opinião de António Sardinha, tentam, ao nível da política externa dificultar a política de guerra, e ao nível interno procuram capitalizar como “inspiradores políticos do sidonismo e artífices da sua obra legislativa”, os efeitos do autoritarismo pessoal de Sidónio – o Presidente-Rei – para uma restauração monárquica. Alguns elementos que lhe são próximos, aceitam participar no governo, como Martinho Nobre de Melo na Instrução e Azevedo Neves no Comércio. E conseguem integrar no novo projecto constitucional algumas propostas suas, como a representação profissional, a par da representação política.

Entretanto na frente de guerra, a 9 de Abril, as forças portuguesas sofrem a pesada derrota de La Lys, com inúmeras baixas.

Em 28 de Abril, têm lugar as Eleições presidenciais e legislativas. Os católicos apresentam candidaturas separadas dos monárquicos, pois Fernando de Sousa e Pacheco de Amorim não foram atendidos pela Comissão Eleitoral: queriam onze lugares (depois oito), só lhe queriam dar um, pela Covilhã. Segundo A. Cabral foram maltratados. D. Manuel e a Rainha criticaram a forma como foram tratados os católicos pelos monárquicos do *Diário Nacional*⁹⁰.

A 10 de Maio, foram reintegrados nas forças Armadas, Paiva Couceiro, João de Azevedo Coutinho, Jorge Camacho (assassinado pouco depois no Terreiro do Paço), e outros.

Sidónio vai às exéquias pelos soldados mortos na Guerra, Machado dos Santos abandona o governo em Junho, deixando a Secretaria das Subsistências. O Presidente Sidónio toma posse a 15 Julho, abrindo também o parlamento.

⁸⁹ Cabral, A., *op.cit.*, p.403.

⁹⁰ Cabral, A., *op.cit.*, p.370.

Os democráticos não desarmam, porém, e aproveitam as ocasiões para se agitarem. No dia 16 Outubro, uma coluna de 140 presos que deveria tomar o comboio para Caxias – A Leva da Morte –, foi atacada de noite. Imensos mortos, entre os quais o Visconde da Ribeira Brava. A 4 de Novembro, o parlamento não reabre, por causa do estado de sítio, motivado por revoltas.

9. O ARMISTÍCIO DE 11 NOVEMBRO

A guerra termina com a assinatura do Armistício. O balanço da participação portuguesa é muito negativo.

“A participação de Portugal no tremendo conflito constituiu um erro gravíssimo, um verdadeiro crime, de que são principais responsáveis João Chagas, Bernardim Machado, Norton de Matos e Afonso Costa”, acusa António Cabral.

“A guerra fartou por aí muita gente... à sombra dela, encheram-se muitas bolsas e praticaram-se muitos escândalos... O célebre carimbo mágico do Ministério da Guerra — “Sem documentação. Despesas de guerra” — serviu, ao que se disse, para encobrir muitas falcatruas, para tapar muitos logros, para dar ensejo a que houvesse quem auferisse lucros espantosos e contasse ganhos extraordinários!”⁹¹.

Portugal participará nas conversações de paz, presidindo à Delegação portuguesa à Conferência de Paris, o Ministro dos Estrangeiros Egas Moniz, substituído em Março de 1919 por Afonso Costa. Os resultados obtidos pela participação de Portugal na guerra e na Conferência de Paz foram modestos. “Nem a República nem o exército” viram “consagradas a glória e a importância internacional do seu esforço militar”, concluirá Medeiros Ferreira⁹².

Quando chega a Portugal o corpo do soldado desconhecido, para ser depositado no Mosteiro da Batalha, Afonso Lopes Vieira deixou em verso o sentimento muito partilhado entre os portugueses:

⁹¹ Cabral, A., *op.cit.*, p. 386.

⁹² Ferreira, J. M., *Portugal na Conferência da Paz*, Lisboa, Quetzal, 1992, p. 74. Cf. também, Duarte Ivo Cruz, *Estratégia portuguesa na Conferência de Paz (1918-1919. Actas da Delegação Portuguesa*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2009.

“...vem, oh Soldado Português da Guerra,/dormir enfim na tua terra,/ e que a tua presença/espectral/a tua imensa/presença acusadora e aterradora/ para quem te exportou como um animal. Se estenda sobre o céu de Portugal!/E que essa voz te embale/numa carícia enorme:/— Dorme, meu menino, dorme.../(...) Tu humilde Soldado/que tens por nome — *Portugal sacrificado*.”...⁹³

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015

⁹³ Vieira, A. L., *Ao soldado desconhecido (morto em França)*, Lisboa, Março de 1921.